



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 03 de Maio de 2021
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2110



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2420, DE 30 DE ABRIL DE 2021.

REGULAMENTA OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Monte Carmelo - MG, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 70 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Monte Carmelo - MG e CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.505/2019, com alteração dada pela Lei Municipal nº 1686/2021, Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018,

DECRETA:

Art. 1º Regulamenta os processos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA na modalidade Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) aplicável aos núcleos urbanos informais classificados de interesse social e consolidados até 31 de dezembro de 2016 no Município de Monte Carmelo/MG.

Art. 2º A regularização fundiária de núcleos urbanos informais constituídos por unidades imobiliárias não residenciais poderá ser feita por meio da Reurb-E.

Parágrafo único. Consideram-se unidades imobiliárias não residenciais aquelas unidades comerciais, industriais, mistas, dentre outras, desde que atendam os objetivos da Reurb.

Art. 3º Na REURB-E poderão ser utilizados mais de um dos instrumentos previstos no art. 8º do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 4º Na REURB que trata este Decreto, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada.

§ 1º Considera-se justo valor da unidade imobiliária regularizada:

I. o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por metro quadrado (m²) no caso de unidades imobiliárias não residenciais nos termos do parágrafo único do art. 1º deste Decreto;

II. o pagamento no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor venal territorial do imóvel, para unidades imobiliárias nos casos de o possuidor ser detentor de outro imóvel urbano ou rural registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 2º No pagamento previsto nos incisos I e II do parágrafo deste artigo não será considerado o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

§ 3º O interessado deverá realizar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, por meio de recolhimento de Guia Municipal.

§ 4º Os demais casos não abrangidos por este Decreto, serão decididos por ato do Poder Executivo.

§ 5º As áreas de propriedade do Poder Público registrado no Ofício do Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da REURB, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma da Lei Federal nº 13.465/2017 e homologado pelo juiz.

Art. 5º No requerimento deverão constar:

I. nome completo, estado civil e CPF do interessado;

II. cadastro do imóvel – espelho do IPTU;

III. documento indicativo do direito real constituído do ocupante.

Art. 6º Este Decreto é aplicado supletivamente à Lei Municipal nº 1.505/2019, com alterações dada pela Lei Municipal nº 1686/2021, Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 30 de abril de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2421, DE 03 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda amarela, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, I, 'i', da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente do Governo do Estado, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que a macrorregião Triângulo do Norte encontra-se na onda amarela do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO que a microrregião Patrocínio/Monte Carmelo encontra-se na onda vermelha do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO que, segundo as orientações do Plano Minas Consciente, cabe ao Município realizar a tomada de decisão no sentido de seguir a micro ou a macrorregião, realizar as adequações nos normativos municipais referentes à onda em que ele deverá se enquadrar e informar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio de ofício;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda amarela, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente, do Governo do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, o Município de Monte Carmelo seguirá a macrorregião Triângulo do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 03 de maio de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: DISPENSA nº. 04/2021 – PROCESSO nº 46/2021. Objeto: Refere-se à Dispensa para a Locação de Nova Área Rural para Depósito de Resíduos Sólidos de Construção Civil Classe A, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

e Rurais, conforme artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e Locador: Márcio Antônio de Moraes, CPF: 554.304.496-87. Valor Mensal: R\$ 4.000,00. Valor Global: R\$ 32.000,00. Contrato nº 50/2021. **Data:** 30/04/2021. **Vigência:** 31/12/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Presidente da CPL torna público o resultado da Habilitação do Processo nº 46/2021, Dispensa nº 04/2021. Proponente Habilitada: Márcio Antônio de Moraes, CPF: 554.304.496-87. **Data:** 30/04/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL. **Aviso de Ratificação.** A Secretária Municipal da Fazenda do Município de Monte Carmelo- MG torna publica a ratificação do Processo nº 46/2021, Dispensa nº 04/2021, em favor da Proponente: Márcio Antônio de Moraes, CPF: 554.304.496-87. **Data:** 30/04/2021. Ana Paula Pereira, Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE
COMPROMISSO DE ESTÁGIO:**

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo, com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação, e Marcela Dornelas da Silveira, com fulcro na Lei nº 1544/2019. Da alteração: A partir de 27/04/2021, a “Cláusula Primeira – Do Objeto” do Termo de Compromisso de Estágio ora aditado, passa a vigorar com a seguinte redação: “**Cláusula 1ª.** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços a serem executados pelo ora denominado Estagiário(a), regularmente matriculado no **curso de pós-graduação em Direito Ambiental e Urbanístico** no Instituto Damásio de Direito - Centro Avançado das Ciências Jurídicas Ltda – ME, com a finalidade de fornecer a experiência prática, aperfeiçoar a qualidade técnica e científica do Estagiário, complementando o ensino e aprendizagem escolar.” As demais cláusulas permanecem inalteradas. Data de assinatura 27/04/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE
COMPROMISSO DE ESTÁGIO:**

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo, com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação, e Gabriela de Cássia Arini Gonzaga de Carvalho, com fulcro na Lei nº 1544/2019. Da alteração: A partir de 27/04/2021, a “Cláusula Primeira – Do Objeto” do Termo de Compromisso de Estágio ora aditado, passa a vigorar com a seguinte redação: “**Cláusula 1ª.** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços a serem executados pelo ora denominado Estagiário(a), regularmente matriculado no **curso de pós-graduação em Direito Processual Penal** no Instituto Damásio de Direito - Centro Avançado das Ciências Jurídicas Ltda – ME, com a finalidade de fornecer a experiência prática, aperfeiçoar a qualidade técnica e científica do Estagiário, complementando o ensino e aprendizagem escolar.” As demais cláusulas permanecem inalteradas. Data de assinatura 27/04/2021.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)